maiores percentuais de imunizações do Brasil. Até o ano de 2013, o Paraná era o estado da região sul com maior cobertura de vacinação. Porém, em 2016 houve uma queda súbita na imunização do estado, com queda de 96,41% em 2015, para 55,32% em 2016, voltando a subir para 90,47% em 2017, mantendo-se elevado até 2019.

Discussão/Conclusão: O estudo mostrou que, embora o paraná seja historicamente bem colocado nas coberturas vacinais, o estado não alcança a meta preconizada desde 2016, visto que a meta de cobertura vacinal preconizada pelo Ministério da Saúde é de 95%. Desse modo, o governo brasileiro procura maneiras de melhorias, principalmente para vacinação infantil, por conta do aumento da incidência de doenças previamente erradicadas por meio da imunização. Sendo necessário a adoção de medidas que revertam o quadro, estendendo o horário das casas de vacinas, e penalidade para negligência com crianças e/ou adolescente que não são vacinados, uma vez que é consta na Constituição Federal o direito à saúde.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101532

EP-455

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS EM ESTUDANTES DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Mariana Alma Rocha de Andrade, Ana Jovina Barreto Bispo, Matheus Todt Aragão, Larissa de Araujo Freire Barrêtto, Bárbara Fernanda Pacheco da Costa, Catharina Garcia de Oliveira, Leonardo Santos Melo, Bruno José Santos Lima, Mateus Lenier Rezende, Elisandra de Carvalho Nascimento

Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE, Brasil

Introdução: Vacinas são consideradas um dos melhores investimentos em saúde pública na prevenção de doenças. Mesmo com o progresso no controle de determinadas doenças infectocontagiosas, ainda há problemas decorrentes da falta de vacinação adequada no Brasil (BORBA; VIDAL; MOREIRA, 2015), principalmente em grupos expostos a tais enfermidades, como os atuantes na área da saúde—funcionários, alunos e corpo docente.

Objetivo: Identificar a incidência das doenças imunopreveníveis em estudantes de Medicina e Enfermagem em uma universidade particular de Aracaju, bem como avaliar a adoção de procedimentos de biossegurança e quimioprofilaxia e conhecer a situação vacinal desses alunos.

Metodologia: Estudo transversal, observacional e descritivo. Os dados foram coletados na Universidade Tiradentes (UNIT), em Aracaju-SE. Incluídos estudantes matriculados nos dois últimos anos dos cursos de Medicina e Enfermagem. Aprovado pelo CEP da UNIT, sob CAAE 87603218.5.0000.5371. Os participantes assinaram o TCLE e responderam um questionário contendo informações sociodemográficas, contato com as doenças e adoecimento por doenças imunopreveníveis, procedimentos de biossegurança, quimioprofilaxia e cobertura

vacinal. O questionário foi aplicado de fevereiro a junho de 2019

Resultados: Amostra com 113 estudantes. A exposição às doenças imunopreveníveis foi: caxumba (46,4%), varicela (44,6%), meningite (23,2%), hepatite B (22,3%), rubéola (6,3%), hepatite A (5,4%) e coqueluche (5,4%). Durante a graduação, 7 indivíduos apresentaram varicela (6,2%), 7 tiveram caxumba (6,2%) e 1 rubéola (0,9%). Na infância, relataram imunização para BCG (95,6%), tríplice viral (94,7%), tríplice bacteriana (89,4%), poliomielite (83,2%) e outras. Orientação sobre imunização durante a faculdade foi relatada por 86,7%. Adoção de procedimentos de biossegurança foi citada por 95,5% e 6,7% realizaram quimioprofilaxia quando expostos.

Discussão/Conclusão: A maior exposição foi a caxumba, varicela, meningite, hepatite B, rubéola, hepatite A e coqueluche. As doenças mais desenvolvidas foram varicela, caxumba e rubéola. Vacinas preconizadas na graduação não são realizadas por mais da metade dos estudantes. O status vacinal da infância mostrou-se contemplado. Procedimentos de biossegurança habitualmente são realizados. Quimioprofilaxia após exposição não costuma ser feita. A imunização dos atuais e futuros profissionais da saúde é uma das melhores formas de proteção, portanto, devem ser consideradas intervenções específicas de incentivo à vacinação para esse grupo.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101533

EP-456

COBERTURA VACINAL E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO SARAMPO NO BRASIL DE 2014-2019

Mariana Souza Santos Oliveira, Ana Beatriz Rodrigues Lira, Lara Moraes Torres, Victor Oliveira Rocha, Aurea Angelica Paste

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Introdução: O sarampo é uma doença viral altamente contagiosa. A vacinação é a principal forma de prevenção à doença, sendo a meta mínima da cobertura vacinal da tríplice viral, recomendada pelo Ministério da Saúde (MS), é de 95% das crianças de 1 ano de idade. O Brasil, em 2018, perdeu o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo dado pela OMS após o surto da doença, totalizando 10.274 casos confirmados.

Objetivo: Comparar a cobertura vacinal contra o sarampo e a incidência do sarampo nas regiões do Brasil entre os anos de 2014 e 2019.

Metodologia: Trata-se de um estudo ecológico em que utilizou-se dados secundários coletados em Agosto/2020 disponibilizados no TabNet Win32 3.0 do DATASUS na secção de "Assistência à saúde" e subsecção "Imunizações - desde 1994". Buscou-se analisar o percentual da cobertura vacinal da primeira e da segunda dose da vacina Tríplice Viral, nas regiões do Brasil, no período de 2014-2019. Os dados de incidência do Sarampo foram obtidos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).



Resultados: Houve uma queda da cobertura vacinal da Tríplice Viral D1 no tempo analisado, de 112,8% em 2014 para 91,6% em 2019, com a menor cobertura em 2017 (86,2%). Em relação à Tríplice Viral D2, observou-se queda de 92,9% em 2014 a 80,2% em 2019, com pior cobertura em 2017 (72,9%). A região Norte apresentou a menor cobertura da 1ª dose dos anos analisados, com menor valor em 2017 (76,2%). Já em relação à 2ª dose, Norte e Nordeste se alternaram com as menores coberturas, com 61,4% em 2017 e 62,9% em 2016, respectivamente. Já a incidência do Sarampo foi decaindo de 2014 a 2015, com 214 casos, zerando nos dois anos subsequentes, voltando a crescer em 2018 com 10.326 casos, sendo 99,2% desses na região Norte, alcançando 15.914 casos confirmados no país em 2019.

Discussão/Conclusão: Por meio deste estudo, constatou-se uma queda importante na cobertura vacinal de Sarampo, principalmente no Norte do país, atingindo as menores coberturas de 1ª e 2ª doses da Tríplice Viral em 2017. Em contraste com isso, a doença até então erradicada no país, voltou a incidir após um surto na região em 2018. Isso ratifica o alerta do Ministério da Saúde acerca dos riscos relacionados à baixa cobertura vacinal, demonstrando a necessidade da ampliação e fortalecimento das ações de vigilância e imunização contra o Sarampo, além de ampla divulgação nos meios de comunicação. O principal viés do estudo é a subnotificação.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101534

ÁREA: INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - IST EP-457

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E O INÍCIO PRECOCE DA ATIVIDADE SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: FRUTO DA DESINFORMAÇÃO

Letícia Selegato Tasso, Rebeca Rolim Ribeiro Martins, Gislaine Cristhina Bellusse, Nádia Bruna da Silva Negrinho, Reynaldo José S.P. de Souza

Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, SP, Brasil

Introdução: As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), são doenças causadas por microrganismos, como vírus, fungos, bactérias e protozoários, transmitidos por via sexual em sua totalidade e a incidência dessas infecções possui grande importância no âmbito da saúde. Para uma que haja uma efetiva redução na taxa de infectados por IST é necessário prover um maior fornecimento de informação para aqueles que estão iniciando a vida sexual: os adolescentes, os quais estão cada vez mais precoces no início da atividade sexual.

Objetivo: Ressaltar a educação em saúde como estratégia de prevenção das IST.

Metodologia: Tratou-se de uma revisão narrativa da literatura

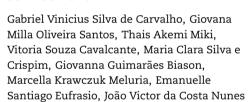
Resultados: É notório que a comunicação clara e figurada faz com que os adolescentes acatem todas as orientações que são passadas a eles, afinal quando a informação é passada de maneira didática, esses indivíduos conseguem repassar aquilo que lhes foi ensinado e aplicar da maneira correta com os meios que possuem. É importante ressaltar que a propagação de IST é mais incidente em populações com baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, por isso a informação acaba sendo escassa na maioria dos casos.

Discussão/Conclusão: A adolescência é um período marcado por várias transições e mudanças tanto comportamentais quanto físicas, descobertas e novas experiências ocorrem cada vez mais e o indivíduo acaba por ficar perdido em algumas situações, por não saber como lidar perante a elas. Conflitos internos se tornam cada vez mais presentes, juntamente com a descoberta do prazer, da sexualidade e de relações mais afetivas com parceiros. Portanto, é nesta fase que as informações sobre todos os fatores já citados devem ser repassadas a esses adolescentes, tendo em vista que o início das atividades sexuais e a desinformação são portas de entrada para a propagação de ISTs. O fornecimento de meios para a comunicação entre os profissionais ou estudantes da área da saúde com esse grupo através de palestras, encontros ou atividades teóricas favorecem uma maior troca de conteúdo e consequentemente abre espaço para uma maior promoção e prevenção da saúde dos adolescentes para as ISTs.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101535

EP-458

SÍFILIS CONGÊNITA E AS DEFICIÊNCIAS NO SERVIÇO DE SAÚDE QUE CONTRIBUEM NA SUA ASCENSÃO



Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, AM, Brasil

Introdução: A sífilis congênita (SC) é uma doença provocada pelo Treponema pallidum e afeta principalmente crianças recém-nascidas. A infecção comum ocorre por via transplacentária com transmissão da mãe para o feto durante o período latente da doença. A gestação durante os estágios primário e secundário comumente produz um natimorto. Na SC precoce, os achados clínicos importantes são hepatoesplenomegalia, prematuridade e lesões cutâneo-mucosas. A SC tardia apresenta manifestações raras e resultantes da doença sistêmica precoce. Recentemente, no mundo, a taxa de SC está em declínio, contudo nas Américas, África e Região Mediterrânea Oriental demonstram aumento na prevalência de casos. Logo, apesar dos avanços no combate a sífilis congênita os resultados estão distantes da meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde.

Objetivo: Identificar os fatores no serviço de saúde que dificultam o controle da sífilis congênita.

Metodologia: Trata-se de uma revisão literária integrativa que analisou artigos científicos indexados nas plataformas Scielo, Pubmed, Medline e Periódicos Capes online, e catalogados com uso dos descritores: sífilis congênita e epidemiologia.

